

comum para o recrutamento de 13 postos de trabalho, da carreira/categoria de técnico superiores, constantes do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por Aviso n.º 22131/2009, de 02 de Dezembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 10 de Dezembro de 2009, se encontra afixada nas instalações dos Serviços Centrais da ACT, sitas na Praça de Alvalade, n.º 1, em Lisboa, e disponibilizada, a partir da data de publicação do presente aviso, na página eletrónica da ACT — www.act.gov.pt.

2 — Para efeito da realização da audiência de interessados prevista no n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria, os candidatos excluídos podem pronunciar-se por escrito, no prazo de dez dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso.

3 — Os candidatos referidos que pretendam apresentar alegações, devem fazê-lo através do formulário para o exercício do direito de participação dos interessados, aprovado pelo Despacho n.º 11 321/2009, de 8 de Maio, de S. Ex.ª o Ministro do Estado e das Finanças, que é de utilização obrigatória, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e se encontra disponível em www.act.gov.pt.

4 — As alegações devem ser enviadas por correio registado com aviso de recepção para as instalações da Autoridade para as Condições do Trabalho, sitas na Praça de Alvalade, n.º 1, 1749-073 Lisboa, até ao termo do prazo indicado, findo o qual não serão as mesmas consideradas.

5 — Os processos de candidatura encontram-se disponíveis para consulta, na morada indicada, de segunda a sexta-feira, das 10h 30 m às 12h e das 15h às 17h.

Lisboa, 22 de Março de 2010. — *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*, Inspector-Geral do Trabalho.

203083349

Despacho (extracto) n.º 5919/2010

Por despacho de 19-03-2010 do Inspector-Geral do Trabalho a licenciada Catarina do Anjo Ganhão Sardinha, Inspectora Superior do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, nomeada definitivamente, na categoria de Inspectora Superior Principal do mesmo mapa de pessoal, ao abrigo do disposto no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15-01, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30-08, com efeitos a 7 de Agosto de 2006, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA.

Lisboa, 24 de Março de 2010. — *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*, Subinspectora-Geral da ACT.

203083535

Despacho (extracto) n.º 5920/2010

Por despacho de 19-03-2010 do Inspector-Geral do Trabalho o mestre Pedro Nuno Pimenta Brás, Inspector Superior do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, nomeado definitivamente, na categoria de Inspector Superior Principal do mesmo mapa de pessoal, ao abrigo do disposto no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15-01, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30-08, com efeitos a 01 de Março de 2007, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA.

Lisboa, 24 de Março de 2010. — *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*, Subinspectora-Geral da ACT.

203083502

Despacho (extracto) n.º 5921/2010

Por despacho de 19-03-2010 do Inspector-Geral do Trabalho a licenciada Eduarda Cristina Correia Canelas, Inspectora Superior do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, nomeada definitivamente, na categoria de Inspectora Superior Principal do mesmo mapa de pessoal, ao abrigo do disposto no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15-01, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30-08, com efeitos a 7 de Agosto de 2006, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA.

Lisboa, 24 de Março de 2010. — *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*, Subinspectora-Geral da ACT.

203083576

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

Aviso n.º 6721/2010

Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado para provimento de 14 postos de trabalho da categoria de Técnico Superior do regime geral, para exercício de funções na área de Serviço Social, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

1 — Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, artigos 50.º a 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 17-12-2009 se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para preenchimento de 14 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do regime do geral, para exercício de funções na área de Serviço Social, do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Âmbito do Recrutamento: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, e despacho de concordância, n.º 748/2009/MEF, de 14 de Outubro do Ministro de Estado e das Finanças, no âmbito dos quais se consideram verificados os pressupostos que justificam o recurso a este tipo de recrutamento, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, podendo, deste modo, candidatar-se ao presente procedimento, trabalhadores detentores dos requisitos gerais e especiais de admissão com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, por tempo determinado ou determinável, sendo dada preferência aos candidatos que possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e que venham a ser opositores ao presente procedimento concursal.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo e em virtude de não ter sido ainda publicitado qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizadora para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

4 — Legislação aplicável: O presente procedimento reger-se-á pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Decreto-Lei n.º 296/91, de 16 de Agosto, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

5 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6 — Local de trabalho — Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, compreendendo todas as estruturas nele integradas, com sede na Avenida do Brasil, 53 — 1749-002 Lisboa.

7 — Caracterização do posto de trabalho: — De entre outras que lhe são afins, destacam-se:

a) Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;

b) Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns ou em parceria, instrumentais e operativas necessárias à prossecução dos objectivos e projectos a decorrer no CHPL.

c) As funções a desempenhar constam ainda, genericamente, de prestação de apoio psicossocial, na área da Saúde Mental, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.

d) Representação do serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.

8 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contarem da data de publicação do Aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.